



FORMAR PARA O INESPERADO: O que as produções brasileiras em Psicologia dizem sobre Gestão de Riscos e Desastres?

Cecília Ritse de A. Silva¹

Amanda Dias Campos²

Resumo

Este estudo propõe uma análise crítica das produções acadêmicas brasileiras em Psicologia sobre Gestão de Riscos e Desastres, com o objetivo de verificar em que medida esses trabalhos se articulam às diretrizes estabelecidas pelas Referências Técnicas para a Atuação do Psicólogo na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres (Conselho Federal de Psicologia, 2021), assim como suas implicações para a formação profissional. Com abordagem qualitativa, foi realizada uma revisão bibliográfica e documental, abrangendo publicações entre 2018 e 2025. O corpus da pesquisa inclui nove artigos científicos e 27 Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) de Psicologia de universidades federais brasileiras. A análise permitiu a sistematização dos achados em três categorias: (1) saberes sociais e vivências em território; (2) atuação em desastres e políticas públicas; e (3) limites e desafios para a atuação profissional do psicólogo. Os resultados evidenciam a persistente invisibilização de saberes populares, a escassa inserção da temática nos currículos acadêmicos e a necessidade de atuação integrada às políticas públicas. Conclui-se que há urgência na ampliação da formação técnica e ética de psicólogos para atuação em cenários de emergência, reafirmando o compromisso da Psicologia com os direitos humanos, a justiça social e a dignidade das populações vulnerabilizadas.

Palavras-chave: Psicologia; Desastres; Formação profissional; Políticas públicas; Referência Técnica (CFP).

Abstract: This study proposes a critical analysis of Brazilian academic productions in Psychology on Risk and Disaster Management, aiming to verify the extent to which these works align with the guidelines established by the Technical References for the Practice of Psychologists in Comprehensive Management of Risks, Emergencies, and Disasters (Federal Council of Psychology, 2021), as well as their implications for professional training. Using a qualitative approach, a bibliographic and documentary review was conducted, covering publications between 2018 and 2025. The research corpus includes nine scientific articles and 27 Psychology Course Pedagogical Projects (PPCs) from Brazilian federal universities. The analysis allowed the systematization of the findings into three categories: (1) social knowledge and experiences in the territory; (2) work in disasters and public policies; and (3) limits and challenges for the professional practice of psychologists. The results highlight the persistent invisibility of

¹ Graduandas em Psicologia - Universidade Federal de Rondônia/UNIR. E-mail: ceciliaritse.unir@gmail.com. Contato/Telefone: 69984140957. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8931950497014691>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-6236-878X>

² Graduandas em Psicologia - Universidade Federal de Rondônia/UNIR. E-mail: Unirmandaddias@gmail.com. Contato/Telefone: 69992678650. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5453654234040757>. Orcid.: <https://orcid.org/0009-0003-9302-3075>



popular knowledge, the limited inclusion of the topic in academic curricula, and the need for integrated action with public policies. The conclusion is that there is an urgent need to expand the technical and ethical training of psychologists for work in emergency settings, reaffirming Psychology's commitment to human rights, social justice, and the dignity of vulnerable populations.

Keywords: Psychology; Disasters; Professional training; Public policies; Technical Reference (CFP).

INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas tornaram-se uma preocupação central na contemporaneidade. Diversas áreas do conhecimento têm se debruçado sobre o aumento dos eventos climáticos extremos, cada vez mais frequentes e intensos (Crociari, 2025). Como destacam Sulaiman et al. (2024), embora façam parte de ciclos naturais, esses fenômenos são intensificados por ações humanas, como a globalização, o desmatamento e a expansão urbana desordenada. Tais intervenções agravam os impactos ambientais, ampliam a vulnerabilidade de determinadas regiões e comprometem a infraestrutura, além da saúde física e mental das populações afetadas.

A Organização Mundial da Saúde (BRASIL, 2024) estima que as emergências climáticas poderão causar aproximadamente 250 milhões de mortes entre 2030 e 2050. Entende-se que esse impacto tende a ser ainda mais acentuado nos países menos desenvolvidos, onde se observa não apenas maior desigualdade no acesso a recursos básicos e serviços de saúde (BRASIL, 2024), mas também a falta de infraestrutura adequada e planejamento estratégico para enfrentar os desafios impostos por situações de desastre. Como consequência, as populações mais vulneráveis dessas regiões enfrentam uma carga desproporcional dos efeitos adversos das mudanças climáticas (Sulaiman et al., 2024) exigindo das instâncias políticas e sociais novas formas de atuar nos contextos de desastres, em vista de prevenir e mitigar seus possíveis impactos.

No Brasil, a seca histórica que atingiu grande parte da região amazônica em 2023 e as enchentes devastadoras que assolaram o Sul do país em 2024, em especial o Rio Grande do Sul, exemplificam eventos cataclísmicos que evidenciam a urgência de planejamentos institucionais voltados à antecipação de emergências, bem como à elaboração de estratégias adaptadas às particularidades de cada território (CFP, 2021). Diante de uma realidade marcada por múltiplas ameaças, os “estudos deveriam se orientar para compreender causalidades, dinâmicas, interações e efeitos numa lógica de cadeia de impacto no contexto do território, considerando os elementos expostos e

sua vulnerabilidade” (Sulaiman et al., 2024, p. 05).

Nesse contexto, a inserção da Psicologia na área de estudo sobre desastres ocorreu de forma tímida, tendo inicialmente seus olhares voltados apenas para o indivíduo já acometido por um desastre, promovendo atendimento aos sobreviventes e concentrando-se no trauma e nas reações individuais ao estresse causado por eventos extremos, sendo essa abordagem fortemente influenciada pelo modelo biomédico, predominante à época. Por muitos anos os órgãos responsáveis por agir em contextos de desastres estiveram focados em “suprir três principais eixos, sendo eles: a provisão de abrigo, alimentação e imunização contra epidemias. Embora essas ações fossem fundamentais, acabaram por relegar a assistência psicológica a um plano secundário” (CFP, 2021, p. 27).

Assis e Ferreira (2013) destacam que, apenas em 1987 a psicologia brasileira envolveu-se no campo riscos emergência e desastres, com o acidente nomeado césio-137, ocorrido em 13 de setembro de 1987, em Goiânia, tido como o maior acidente radioativo do mundo, fora de uma usina nuclear. A partir desse evento, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade de Brasília (UNB) e a Universidade Católica de Goiânia (UCG) se uniram com um grupo de psicólogos cubanos para dar suporte às vítimas desse desastre em 1992. Ao passo que a psicologia brasileira se movimentava para ocupar cada vez mais espaço nessa área do saber, outros avanços surgiam na esfera global.

Destacam-se como datas importantes o Marco de Ação de Hyogo, o qual visava a redução do risco de desastres entre 2005-2015, pactuado a partir do encontro de diversos países membros da ONU. Posteriormente tem-se o marco de Sendai (2015-2030), adotado a partir da 3ª conferência Mundial sobre a Redução do Risco de Desastres no qual os países acordaram em completar a avaliação e revisão da implementação do Marco de Hyogo e ampliar suas ações para o cenário posterior a 2015 (CFP, 2021). Os marcos de Hyogo e Sendai postulam que para a redução desses riscos, será necessária a implementação de diversas medidas econômicas, sociais, estruturais, ambientais e muitas outras. Implica ainda a necessidade da erradicação da pobreza, melhoria da educação e redução das desigualdades.

Ao se tratar da Psicologia das Emergências e Desastres, é comum que o conceito seja compreendido de uma forma abstrata gerando dúvidas quanto à sua real abrangência e aplicação. Isso se deve, em parte, ao fato de que esse campo é relativamente recente dentro da Psicologia e tem suas raízes em outras áreas do conhecimento, como a Geografia e a Sociologia, as quais se originaram nas décadas de 1950 e 1970, respectivamente.



Nesse sentido, apropriando-se de tudo que foi construído e debatido ao longo desses anos de estudo e, sobretudo, delimitando as lentes pelas quais a temática foi abordada, utiliza-se a concepção de desastre expressa pela Comissão de Psicologia das Emergências e Desastres do Conselho Federal de Psicologia (CFP), a qual compreende um desastre como:

[...] uma ruptura do funcionamento habitual de um sistema ou comunidade, devido aos impactos ao bem-estar físico, social, psíquico, econômico e ambiental de uma determinada localidade. Tal evento afeta um grande número de pessoas, ocasionando destruição estrutural e/ou material significativo e altera a geografia humana, provocando desorganização social pela destruição ou alteração de redes funcionais. (CFP, 2015) ³

A Referências técnicas para atuação de psicólogos na gestão integral de riscos, emergências e desastres compreende ainda que um desastre não se constitui apenas de um elemento, mas de um conjunto de fatores que somados potencializam tal cenário, sendo estes: ameaças, exposição, condições de vulnerabilidade e insuficiente gestão integral de riscos. Evidencia-se portanto que para estudar os contextos de riscos e desastres é necessário adentrar o contexto no qual ele ocorre, sendo estes questões sociais, políticas e culturais. Assim, a abordagem denominada “Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres” representa um esforço coletivo para estruturar ações teóricas e práticas voltadas à prevenção e enfrentamento de situações críticas.

Como evidenciado anteriormente, por muito tempo a Psicologia não reconhecia a gestão integral de riscos como uma área potencial de atuação. Quando essa possibilidade emergiu, a profissão ainda estava circunscrita ao paradigma clínico tradicional, limitando-se a gerenciar impactos psicológicos individuais, como sintomas de ansiedade e depressão, ou a avaliar situações de indivíduos vulneráveis ao desenvolvimento de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) (CFP, 2021).

³ CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Curso Psicologia da Gestão Integral de Riscos e Desastres. Módulo II: O Mapa dos Desastres. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/orientapsi-novo-modulo-mapa-dos-desastres-no-brasil-esta-no-ar/Conselho> Referências Técnicas para atuação de psicólogos (os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres 98 Federal de Psicologia. 21/12/2015



Contudo, após revisões epistemológicas e a influência da Psicologia Social, tornou-se imprescindível ampliar o entendimento da categoria, partindo do “reconhecimento que desastres não ocorrem em um vazio social, pois estão inseridos em estruturas sociais existentes” (CFP, 2021, p.48).

Diante dessa perspectiva, o Conselho Federal de Psicologia estabelece, na Nota Técnica nº 22/2024, diretrizes atualizadas para a atuação de psicólogos nos contextos de emergências, considerando as especificidades das fases de preparação, resposta e reconstrução em desastres. Caracteriza-se, na fase de preparação, todas as ações voltadas para a prevenção e planejamento de estratégias para uma resposta eficaz a desastres, articuladamente com outras entidades públicas; a fase de resposta inclui articulações para promover a saúde mental e integral da população, a redução dos danos psicossociais causados pelos sinistros, e o oferecimento dos primeiros atendimentos psicológicos a indivíduos em sofrimento significativo; e a fase de reconstrução refere-se à garantia de continuidade das práticas implementadas, por meio da articulação com os serviços públicos, bem como a oferta de serviços de suporte emocional.

À luz dessa perspectiva, observa-se que, sobretudo “diante da urgência de lidar com desastres e emergências em saúde pública, políticas e programas verticais e homogeneizantes são implementados de maneira autoritária” (Noal et al., 2024, p.02). No âmbito da Psicologia, a urgência em atender às populações pode refletir uma ideia reducionista e de patologização do sofrimento humano, configurando uma atuação que reforça estigmas e violências e que pode perpetuar práticas assistencialistas - que não transformam concretamente a realidade desses indivíduos (CFP, 2021). Compreende-se, então, que o papel da Psicologia no contexto humanitário constitui-se pelo reconhecimento do sofrimento enquanto parte do processo de reconstrução, bem como pela vinculação com o território e pela consideração da religiosidade e de outras formas de expressão da subjetividade.

Infere-se a necessidade de refletir sobre o papel das graduação, e da Psicologia como um todo, na área de Riscos, Emergências e Desastres, especialmente diante das mudanças climáticas, do debate sobre desastres naturais e da crescente visibilidade da atuação psicológica. Discutir os impactos ambientais nesse contexto é mais que um aprofundamento teórico: trata-se de um compromisso ético da profissão, conforme o III Princípio Fundamental do Código de Ética do Psicólogo: “O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade

política, econômica, social e cultural” (CFP, 2005, p. 7).

Diante disso, evidencia-se a necessidade de analisar as produções acadêmicas em Psicologia sobre Gestão de Riscos e Desastres, a fim de avaliar suas implicações para a formação profissional, considerando as diretrizes das Referências Técnicas para a Atuação do Psicólogo na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres (2021). Objetiva-se averiguar as produções existentes antes da publicação da Referência Técnica e verificar se, após a publicação, há um movimento consistente nas produções acadêmicas em prol da produção de conhecimento sobre a temática. Ademais, busca-se compreender em que medida as Instituições de Ensino Superior vêm desenvolvendo iniciativas sistemáticas para capacitar e inserir profissionais qualificados nessa área de atuação.

METODOLOGIA

Para a construção deste estudo, foi realizada uma revisão de literatura de caráter bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa. O objetivo foi identificar e analisar produções científicas que abordam a atuação de profissionais da Psicologia em contextos de riscos e emergências de origem ambiental. O recorte temporal adotado considerou o período de ano de publicação das Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres, abrangendo os três anos anteriores e os três anos subsequentes, delimitando o período de análise entre 2018–2025.

O levantamento bibliográfico foi conduzido por meio da utilização dos seguintes descritores: Psicologia em desastres; “Desastres ambientais e Psicologia”; “Atuação do psicólogo em desastres”; “Atuação do psicólogo e desastres”; “Psicologia e desastres naturais”. Foram estabelecidos como critérios de inclusão: produções acadêmicas que, em seus resumos, abordassem temáticas relacionadas a Psicologia e gestão de riscos, desastres e emergências; bem como desastres naturais; textos publicados no período de 2018 e 2025; e textos redigidos em língua portuguesa. Quanto aos critérios de exclusão, foram desconsiderados artigos que tratavam da pandemia como forma de desastre, bem como estudos que versassem sobre eventos não relacionados especificamente a desastres ambientais; além de produções classificadas como revisão bibliográfica.

De acordo com os critérios estabelecidos, foram identificados, inicialmente, 66



artigos que atendiam aos descritores previamente definidos. Contudo, após a triagem baseada na análise de títulos e resumos, tornou-se necessária a categorização dos artigos conforme as temáticas abordadas, visando alinhar a seleção aos objetivos da pesquisa. Com a aplicação dos filtros definidos nos critérios de inclusão e exclusão, foi selecionado um *corpus* final composto de nove artigos que atenderam aos requisitos de pertinência temática, recorte temporal e linguagem. Cabe destacar que a principal dificuldade encontrada no processo de seleção foi a necessidade de exclusão de estudos classificados como revisão bibliográfica, que embora relevantes, não se adequaram à metodologia proposta neste trabalho.

Para viabilizar a sistematização e análise dos estudos selecionados, foi elaborado um quadro descritivo contendo as seguintes informações: fonte de acesso, título do artigo, ano de publicação, periódico ou revista, tipos de acesso (aberto ou restrito) e palavras-chave.

Na etapa documental da pesquisa, foi realizada a recuperação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) de Psicologia das universidades federais brasileiras. No entanto, devido às limitações de prazo estabelecidas pelo cronograma de execução da pesquisa, a busca foi restringida às universidades situadas nas capitais brasileiras, partindo do pressuposto de que essas instituições atuam como pólos de referência acadêmica e formativa para os demais campi de sua rede. A coleta de documentos foi realizada por meio dos sites oficiais de cada universidade, priorizando o acesso a informações atualizadas e de domínio público. Reconhece-se que a limitação geográfica pode influenciar a abrangência dos dados, mas a seleção buscou equilibrar viabilidade e representatividade no contexto do estudo.

Para otimizar o processo de levantamento documental, as cinco regiões do país foram distribuídas entre as duas pesquisadoras responsáveis pela investigação. Nos portais institucionais, foram consultados todos os documentos oficiais disponíveis para acesso público, tais como: PPCs, diretrizes e matrizes curriculares dos cursos. Como estratégia de busca, foram utilizadas palavras-chave relacionadas à temática da pesquisa, entre elas ambiente, emergências, desastres, biodiversidade e, em alguns casos específicos, Amazônia (especialmente para universidades dos estados correspondentes). Os resultados foram sistematizados em um quadro descritivo que incluiu: Nome da universidade; Palavra-chave utilizada; Conteúdos identificados; Ano de publicação do documento analisado.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a seleção por títulos e resumos e a aplicação dos critérios previamente definidos, os nove artigos selecionados para análise foram examinados sistematicamente e fichados, com o objetivo de compreender o contexto das temáticas abordadas, utilizando um roteiro de leitura estruturado. Dentre os principais questionamentos orientadores da leitura, destacaram-se: qual o contexto dos desastres e a atuação do psicólogo?; quais as convergências e divergências em relação às Referências Técnicas do Conselho Federal de Psicologia (CFP); , Paralelamente à revisão bibliográfica a análise documental dos PPCs de Psicologia revelou que 21 universidades federais abordam a temática da psicologia ambiental, seja de forma direta - por meio de disciplinas optativas ou laboratórios de pesquisa dedicados ao tema - ou de maneira transversal, integrando seus princípios em outras disciplinas da matriz curricular.

Com base na análise aprofundada dos artigos e a correlação entre a revisão bibliográfica e os documentos institucionais , foi possível organizar os principais achados da pesquisa em três categorias interpretativas: 1) O saber social e as vivências em território; 2) Atuação em contextos de desastres e políticas públicas e 3) Lacunas e desafios para a atuação profissional do psicólogo.

O saber social e as vivências em território

Ao analisarmos as vivências de comunidades acometidas por desastres, podemos compreender o território como um espaço de identidade e afeto, uma vez que toda experiência humana ocorre em um espaço físico, onde se formam laços afetivos que conferem significado às vivências (Rabelo; Lima, 2022). Nesse sentido, destaca-se que a percepção do psicólogo sobre essas populações deve considerar como elas compreendem o espaço e os impactos que essa percepção acarreta.

Essa leitura é fundamental, pois influencia diretamente a decisão de permanecer, abandonar ou retornar a uma área de risco. Ao compreendermos que “a identidade de lugar reflete uma parte do ‘eu’” (Rabelo; Lima, 2022, p. 10), entendemos que o abandono de um espaço carregado de afetividade implica o abandono de uma parte da identidade do sujeito. O Conselho Federal de Psicologia (2021, p. 60) reforça essa perspectiva ao afirmar que “as estratégias de intervenção em desastres devem



estar articuladas às características de um determinado local e/ou de uma comunidade”. Assim, o espaço físico pode ser compreendido como um lugar de produção de sentido, em que residir em uma zona de risco não se reduz a um dado técnico, mas se apresenta como expressão de resistência e pertencimento.

Quando analisamos contextos de risco e desastre sob uma perspectiva social da Psicologia, observamos uma prática que favorece a ampliação da consciência sobre o território e os afetos ali construídos, bem como os riscos associados. Considerando que “desastres não ocorrem em um vazio social, pois estão inseridos em estruturas sociais existentes” (Rabelo; Lima, 2022, p. 48), a Psicologia, ao apropriar-se de um saber social, promove transformações a partir do reconhecimento da historicidade e das relações comunitárias.

As produções analisadas evidenciam a invisibilização dos saberes sociais na gestão de riscos por parte das equipes que atuam em contextos de desastres. Frequentemente, os conhecimentos das populações atingidas são desconsiderados no momento das intervenções, o que gera resistência e reduz a efetividade das ações técnicas. Rabelo e Lima (2022) destacam ainda a adoção de soluções padronizadas e descontextualizadas, que ignoram a subjetividade dos indivíduos — como ocorre nos encaminhamentos apressados para abrigos e casas de passagem, muitas vezes considerados soluções definitivas para a problemática das moradias em áreas de risco.

O que muitas vezes não se reconhece é que, para as comunidades situadas em áreas vulneráveis, o risco não é desconhecido. Pelo contrário, ele é parte do cotidiano, enfrentado por meio de saberes populares e manejos próprios. Diante disso, a atuação do psicólogo deve respeitar as práticas culturais e espirituais das comunidades atingidas, valorizando seus modos de cuidado. Conforme orienta o Conselho Federal de Psicologia (2021):

Em situações de emergência, espera-se da Psicologia uma sensibilidade em relação à cultura e demais recursos simbólicos — o que inclui experiências religiosas, modalidades de cuidado comunitárias e concepções morais, presentes nas comunidades atingidas (CFP, 2021, p.75).

Dessa forma, a atuação nesses contextos deve respeitar as práticas culturais e espirituais das comunidades atingidas, valorizando seus saberes e modos de cuidado. Assim, torna-se evidente que a postura do psicólogo deve favorecer o protagonismo dos sujeitos na elaboração de suas vivências diante de um desastre. O cuidado



precisa ser horizontal, construído em conjunto com a comunidade, evitando-se a imposição de modelos externos e padronizados.

As análises apontam que, mesmo após as remoções, muitas pessoas retornam às áreas de risco como forma de reivindicação por moradia digna e pelo reconhecimento da violação de seus direitos fundamentais — especialmente o direito à moradia, previsto no artigo 6º da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Rabelo e Lima (2022) enfatizam o impacto das remoções forçadas:

Remoções forçadas e reassentamentos - processos estes mediados pelo Estado -, geralmente são justificados como formas de evitar desastres, considerando que a maioria das ocupações tidas como irregulares no Brasil se encontram em área de risco de desastres. Comumente famílias são removidas da sua localização de origem, sem que alternativas adequadas de moradia a essas famílias sejam oferecidas, contrariando o que é previsto em tratados internacionais dos quais o Brasil faz parte (Rabelo; Lima, 2022, p.12).

O retorno às áreas classificadas como de risco não deve ser interpretado apenas como resistência irracional ou desinformação, mas como protesto diante da precariedade das alternativas habitacionais oferecidas. Trata-se, portanto, de uma ação política e subjetiva, que contesta o modelo tradicional de gestão de riscos e reafirma o território como espaço de memória, identidade e, sobretudo, de direitos.

A pobreza atravessa de forma constante as situações de risco e desastre, uma vez que, historicamente, as populações atingidas são também aquelas em contextos de exclusão social. Silva e Menezes (2020, p. 513) identificam o fator econômico como um dos principais entraves para o acesso a territórios fora das zonas de risco. Mesmo quando assistidas pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), muitas famílias recebem apenas um auxílio-moradia, insuficiente para garantir condições dignas fora das áreas vulneráveis.

Dessa forma, risco e pobreza estão entrelaçados, evidenciando que a gestão de desastres no Brasil envolve não apenas os riscos físicos, mas também os riscos sociais impostos à população empobrecida. Segundo Silva e Menezes (2020, p. 512), a atuação da Defesa Civil tem se concentrado em populações pobres, historicamente marginalizadas e deslocadas para áreas periféricas e degradadas dos centros urbanos.

Portanto, torna-se inviável debater sobre populações que residem em áreas sob iminência de desastres sem abordar a desigualdade social. Desastres afetam de forma diferenciada pessoas ricas e pobres. A Referência Técnica do CFP (2021)



propõe uma reflexão crítica sobre a seletividade dos espaços e comunidades que recebem atenção e cuidado, além de alertar sobre o risco de ações que reforcem exclusões e marginalizações históricas.

Atuação em contextos de desastres e políticas públicas

No que diz respeito à atuação profissional frente a desastres, o Conselho Federal de Psicologia (2021) destaca que os serviços prestados por psicólogos devem estar articulados com uma rede diversificada e capacitada, incluindo diferentes atores e instituições, e priorizar ações aplicáveis no médio e longo prazo. Nesse contexto, entende-se que as intervenções em situações de desastre precisam ser integradas às políticas públicas das esferas municipal, estadual e federal - como o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Sistema Único de Saúde (SUS) -, visando à criação de uma rede que atue desde a prevenção até a reconstrução pós-desastre.

O SINPDEC constitui uma instituição de extrema importância no contexto de sinistros, pois sua estrutura visa à redução de riscos e à gestão de desastres em todo o território nacional (BRASIL, 2007). Além disso, sua função primordial é mediar a comunicação entre comunidades vulneráveis e o Estado (Alves; Menezes, 2024). Nesse sentido, compreende-se que essa instância desempenha um papel fundamental na forma de enunciar e gerenciar riscos, refletindo-se diretamente na relação dos indivíduos com suas comunidades e territórios em risco.

As produções analisadas apontam críticas às políticas públicas brasileiras voltadas para situações de desastre, pois, embora essas políticas prevejam mecanismos de prevenção e proteção para pessoas e territórios assistidos, na prática, as ações adotadas priorizam medidas imediatistas, frequentemente impostas de maneira vertical e sem diálogo com as comunidades afetadas. Como destacam Noal et al. (2024, p.12), “as políticas nacionais e internacionais [...] concentram-se na fase de resposta, tornando-se menos efetivas ao abordar consequências em detrimento das causas”.

Diante disso, constatou-se que as estratégias adotadas pelos profissionais envolvem a produção de conhecimentos, consolidados a partir das experiências vivenciadas no contexto de resposta, com o intuito de descrever e analisar as percepções e os mecanismos utilizados por essas populações para lidar com o risco,



bem como de mapear as vulnerabilidades manifestadas nos territórios – informações que poderiam servir como base para a elaboração de estratégias preventivas. Apesar de serem medidas tomadas na fase de pré-desastres, os profissionais que estiveram presentes em contextos de desastres, objetivaram a produção de espaços e documentos que pudessem fomentar as discussões entre os moradores e capacitar futuros agentes da área, como apontam Noal et al.,

[...] o documento contemplou também fatores de risco e de proteção identificados, além de recomendações para o Bem-Viver indígena em resposta ao desastre, com destaque a grupos de escuta e rodas de conversa, elaboração de materiais informativos, ações de fortalecimento territorial, bem como premissas e diretrizes para pautar essas ações (Noal et al., 2024, p.08)

Nesse sentido, observa-se que a atuação da psicologia na fase de prevenção, conforme prevista pela Referência Técnica encontra-se permeada por impasses de gênese institucional. As produções apontam para práticas profissionais que demandam grandes esforços para a realização, visto que a prática contextualizada, que priorizem as vivências e subjetividades das comunidade, se constituem enquanto elementos imprescindíveis para o acolhimento e cuidado integral de pessoas atingidas por desastres, principalmente na fase de pré-desastre. Entretanto, percebe-se que os profissionais têm se empenhado em construir novas formas de se inserir nesses contextos, e denunciam a necessidade de não negligenciar as fragilidades que tendem ao agravamento.

A perspectiva que adotamos a seguir diz respeito à atuação voltada para as fases de resposta e reconstrução diante dos desastres. Historicamente, a intervenção psicológica nesses contextos foi marcada pelo paradigma da psicologia tradicional, com ênfase em práticas clínicas centradas no sofrimento individual (Barros; Sousa; Campos; 2021). No entanto, essa abordagem vem se transformando à medida que se reconhece que os desastres também envolvem dimensões sociais e coletivas, que devem ser gerenciadas em prol da justiça social (CFP, 2021).

As produções destacam o esforço dos psicólogos em construir estratégias articuladas aos serviços públicos. A falta de planos de prevenção e ação diante de desastres dificultou práticas que considerassem a resiliência e a resistência comunitária, aspectos fundamentais segundo o CFP. Assim, mesmo antes das Referências Técnicas, a atuação em saúde e assistência já era marcada por incertezas, mas também por esforços para enfrentar a complexidade dos desastres.



Como apontam Noal et al. (2024, p.03), “[...] tal atuação, no entanto, implica no tensionamento paradigmático sobre o saber psicológico vigente, para romper estruturas previamente estipuladas sobre corpo, território e saúde”.

Para além das práticas construídas em formato multidisciplinar, as intervenções em contextos de emergências apresentam diversas especificidades que demandam dos agentes atuantes um conjunto de respostas que sejam multisetoriais e que possam proteger e melhorar a saúde mental dessas pessoas (Iasc, 2007). Conforme apresentado por Pereira, Vivian, Souza e Vasconcelos (2024, p. 318) “A coordenação de redes de apoio, a gestão eficaz dos recursos e a adaptação rápida aos desafios emergentes destacam-se como elementos-chave desse processo de resposta ao desastre”.

A resposta aos desastres e emergências, conforme apresentado pelo Comitê Permanente Interagências, deve priorizar os cuidados rápidos, intersetoriais e básicos de atendimento à saúde das populações atingidas. O suprimento de necessidades básicas, como água, alimentos e roupas visam acolher e garantir os direitos básicos de preservação da vida e dignidade. A seguir desse aspecto, os próximos passos a serem tomados devem sempre priorizar o contato com a família e fortalecimento das comunidades, visando possibilitar o desenvolvimento de estratégias de resiliência e resistência.

Diante disso, compreende-se que ao desenvolver ações acolhedoras, que assegurem os direitos humanos e promovam os sentidos de fortalecimento entre sujeitos, às necessidades de atendimento para o sofrimento mental significativo seja identificado em menor parcela dos atingidos. Nesse sentido, os primeiros cuidados psicológicos a serem desenvolvidos visam o “[...] apoio e cuidado prático não invasivos; avaliar necessidades e preocupações; ajudar as pessoas a suprir suas necessidades básicas; escutá-las, sem pressioná-las a falar; confortá-las e ajudá-las a se sentirem calmas; auxiliá-las [...] e protegê-las de danos adicionais” (Pereira et al., 2024, p.307).

Assim, os cuidados intensivos e especializados voltados para o atendimento de casos graves de sofrimento devem ser oferecidos para aquela parcela que, mesmo diante do apoio básico e intermediário fornecidos, se demonstraram insuficientes; sendo então fornecidos nos Centros de Atenção Psicossocial e outros ambulatorios especializados e/ou profissionais liberais (CFP, 2021).

À luz dessas reflexões, considera-se essencial fortalecer redes locais como

SUS e SUAS nos processos de reconstrução e no pós-desastre, para garantir a continuidade do acolhimento e da proteção à população. Pereira et al. (2024) ilustram isso ao mostrar como, no Rio Grande do Sul, estratégias iniciais de professores e voluntários foram gradualmente substituídas pelos serviços públicos, evidenciando respostas rápidas e cooperação para evitar a sobrecarga do sistema. Compreende-se, por fim, que as práticas em contextos de desastre tendem a se alinhar às Referências Técnicas da psicologia, embora produções anteriores à sua publicação já evidenciassem falhas governamentais e visões distorcidas desses contextos, destacando que tais abordagens ignoram as intersecções como pobreza, desigualdades, raça e gênero, revelando uma postura estatal omissa diante de sua responsabilidade (Silva; Silva; Barufi, 2023).

A análise dos artigos mostra consonância com as diretrizes do CFP, ao enfatizar práticas contextualizadas e humanitárias. As intervenções promovem a consciência coletiva e fortalecem as respostas comunitárias à crise. Além das ações humanitárias, os textos reafirmam o papel da psicologia no cuidado com os aspectos subjetivos e territoriais, ressaltando a importância de políticas públicas efetivas, “ancoradas nas comunidades como estratégia fundamental para evitar que a assistência se reduza a práticas assistencialistas” (CFP, 2021, p. 76).

Desafios e limites para a atuação profissional do psicólogo

A atuação do profissional de Psicologia tem se consolidado como elemento fundamental na gestão integral de riscos e emergências. Por meio de uma abordagem sensível e socialmente contextualizada, sua atuação em cenários de desastres orienta-se para as demandas concretas das comunidades, visando à sua integração e ao fortalecimento de suas capacidades de resistência e reconstrução.

Contudo, os psicólogos têm enfrentado dificuldades estruturais para exercer plenamente suas funções. Como destacam Silva, Silva e Barufi (2023), há casos em que profissionais de outras áreas consideram desnecessária a contribuição da Psicologia. Além disso, a própria categoria não está formalmente incluída na estrutura de gestão de riscos e desastres da Defesa Civil, nem é reconhecida como parte integrante dos serviços de proteção, embora já atue em políticas públicas como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (CFP, 2021).

Nesse contexto, evidencia-se que o crescente relevo da temática e a urgência decorrente de eventos catastróficos demandam da categoria profissional, primordialmente, o reconhecimento institucional de sua contribuição para as estratégias de prevenção e mitigação; e o desenvolvimento de protocolos normativos e práticas sistematizadas capazes de potencializar a atuação dos profissionais envolvidos. Conforme demonstram Barros, Sousa e Campos (2021), muitos psicólogos manifestam apreensão quanto à atuação em contextos emergenciais, seja pela percepção de despreparo para enfrentar as complexas demandas de sofrimento psíquico, seja pela consciência da própria vulnerabilidade enquanto agentes inseridos em cenários críticos.

Sob essa perspectiva, constata-se que os desafios estruturais inerentes à atuação psicológica em emergências estão associados à fragilidade na formação acadêmica, que limita o número de profissionais qualificados na área; e à manutenção de práticas baseadas em referenciais teóricos desatualizados, fatores que, combinados, podem comprometer a eficácia das intervenções e perpetuar ciclos de vulnerabilidade (CFP, 2021).

De fato, como demonstram Barros, Sousa e Campos (2021), a graduação em Psicologia não contempla formação específica para atuação em emergências e desastres. A assistência psicológica em contextos de sinistro exige capacitação especializada para o desenvolvimento de intervenções individualizadas. No entanto, esse conteúdo é abordado de maneira transversal e superficial nas grades curriculares, sem a profundidade necessária para preparar os profissionais às demandas complexas do campo.

A etapa documental da pesquisa foi essencial para compreender os aspectos analisados, evidenciando que a atuação profissional deve se apoiar em uma base teórica sólida, construída desde a graduação. Observa-se, porém, que as universidades federais ainda apresentam lacunas quanto à atualização e à inserção de temas contemporâneos nos currículos de Psicologia. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), revisadas em 2023, destacam no parágrafo VIII a exigência de “transversalidade temática”, orientando os cursos a abordarem conteúdos como Direitos Humanos, Educação Ambiental e Relações Étnico-raciais, com vivências e reflexões sistematizadas (BRASIL, 2023, p. 09).

A pesquisa documental foi conduzida por meio da análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) de 27 universidades federais brasileiras. Dentre essas,

14 apresentam planos pedagógicos significativamente desatualizados, sem a oferta de disciplinas voltadas à Psicologia Ambiental ou sem a devida inserção de conteúdos relacionados às emergências e desastres, limitando o aprofundamento dessas discussões no âmbito da formação acadêmica. É importante destacar que o recorte da pesquisa restringiu-se às universidades localizadas nas capitais dos estados brasileiros, o que impede a generalização dos resultados para todo o território nacional. Ainda assim, os achados bibliográficos corroboram a situação observada, conforme aponta o seguinte relato: “[...] essa capacitação, no Brasil, ainda é um pouco falha, principalmente por não ser abordada durante os anos de graduação em Psicologia” (Silva; Silva; Barufi; 2023, p.10).

A substituição de disciplinas obrigatórias por optativas no que concerne à temática de crises socioambientais resulta na formação de profissionais com conhecimentos fragmentados e despreparados para atuar em contextos complexos, como os desastres de natureza socioambiental. Essa lacuna formativa foi evidenciada pela atuação de psicólogos voluntários no Rio Grande do Sul, os quais, em sua maioria, demonstraram carência de capacitação específica para intervir em tais cenários. Conforme destacado por Pereira et al. (2024), a ausência de bases teórico-práticas consolidadas obrigou os profissionais a buscarem materiais de forma urgente e improvisada, a fim de fundamentar suas intervenções durante a crise.

Para além das deficiências na formação inicial, os programas de capacitação continuada para atuação em contextos de desastre mostram-se igualmente insuficientes, perpetuando lacunas formativas críticas. Como evidenciado por Barros, Sousa e Campos (2021, p.12), “essas formações, em sua maioria, ocorrem nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, onde poucos profissionais da região Norte conseguem ter acesso”, revelando disparidades regionais que comprometem a preparação técnica nacional.

Embora a graduação em Psicologia forneça bases teórico-práticas essenciais e desenvolva competências profissionais gerais, a especificidade dos saberes requeridos para atuação em emergências e desastres demanda formação especializada complementar. Essa carência formativa específica limita significativamente a eficácia das intervenções, uma vez que contextos de desastre exigem não apenas habilidades psicológicas consolidadas, mas também conhecimentos técnicos sobre gestão de crises, protocolos de atendimento psicossocial e estratégias de prevenção comunitária.



Dessa forma, a lacuna aqui destacada evidencia que há necessidade de pensar possíveis revisões no contexto da graduação em psicologia, visto que a temática tem se mostrado coerente e imediata, exigindo da categoria novas formas de se posicionar e atuar em contextos frente aos desastres. Acredita-se que o oferecimento de disciplinas optativas ou laboratórios de estudo ainda não sejam suficientes para garantir que os profissionais de psicologia consigam compreender a complexidade exigida da categoria em situações frente aos desastres.

Além disso, observa-se que a falta de capacitação continuada, de planos de contingência e a precariedade da infraestrutura dificultam o trabalho integrado das equipes multidisciplinares. Os estudos apontam que, em desastres, é essencial uma atuação articulada das redes de atenção para evitar sobrecarga e garantir ações preventivas eficazes. Destaca-se, assim, “[...] a importância de treinar e capacitar a população no enfrentamento de desastres e das equipes de atendimento também, a fim de reduzir danos e viabilizar a reconstrução da vida das pessoas atingidas e do espaço e funcionamento da comunidade” (Silva; Silva; Barufi, 2023, p. 08).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar produções brasileiras em Psicologia sobre Gestão de Riscos e Desastres, avaliando sua proximidade com as diretrizes das Referências Técnicas para a Atuação do Psicólogo na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres (CFP, 2021) e os impactos na formação profissional. No recorte de 2018 a 2025, buscou-se identificar avanços, lacunas e tendências que evidenciam o papel da Psicologia diante dos desafios ambientais contemporâneos. A análise documental e bibliográfica permitiu a organização dos achados em três categorias. A primeira, “O saber social e as vivências em território”, evidenciou o território como espaço de pertencimento e destacou a invisibilização de saberes populares e desigualdades nas práticas de gestão de risco. A segunda, “Atuação em contextos de desastres e políticas públicas”, ressaltou a importância da integração intersetorial, da crítica ao modelo tradicional e do compromisso com os direitos humanos. A terceira, “Lacunas e desafios para a atuação profissional do psicólogo”, apontou a resistência institucional à inserção do psicólogo na gestão de riscos, deficiências na formação e capacitação, falta de articulação entre equipes e escassez de recursos técnicos e humanos.



Apesar dos avanços, persistem desafios na consolidação da Psicologia nesse campo. Ainda falta uma base epistemológica alinhada à realidade brasileira e maior protagonismo nas fases preventivas dos desastres. Os dados evidenciam a urgência de incluir essa temática nos currículos de graduação e de promover uma formação que prepare efetivamente o psicólogo para atuar de forma ética e socialmente comprometida.

Outrossim, reconhecendo a limitação geográfica do estudo, recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o escopo para outras universidades brasileiras, incluindo entrevistas com profissionais e análise de experiências extensionistas e comunitárias, que vêm protagonizando respostas relevantes. Espera-se, assim, contribuir para o fortalecimento do debate sobre a atuação do psicólogo em desastres, reafirmando o compromisso com os direitos humanos, a justiça social e a dignidade das populações atingidas.

REFERÊNCIAS

ASSIS, F. D. L. de; FERREIRA, I. C. Gerenciamento de crise: a psicologia atuando em situações de emergências e desastres. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, n. 000041, 2013. Disponível em:

https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/gerenciamento_de_crise.pdf. Acesso em:

BARROS, E. A. de; SOUSA, M. S. C. de; CAMPOS, T. da S.. Emergências e desastres: atuação de psicólogos(as) de orientação clínica em Santarém/PA. **Rev. NUFEN**, Belém, v. 13, n. 1, p. 187-204, abr. 2021. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912021000100013&lng=pt&nrm=iso>. acessos em: 08 mai. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de outubro de 2023: **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 55, 23 out. 2023. Disponível em: <https://www.sesesp.org.br/wp-content/uploads/2023/10/resolucao-cne-ces-n1-11-outubr-o-2023.pdf>. Acesso em: 25



mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Política Nacional de Defesa Civil**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2007. 100 p. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/pndc.pdf>. Acesso em 25 de mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Mudanças climáticas para profissionais da saúde: guia de bolso** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. 137 p. ISBN 978-65-5993-649-6. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/guias-e-manuais/2024/guia-mudancas-climaticas-para-profissionais-da-saude.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Código de ética profissional do psicólogo**. Brasília, DF: CFP, 2005. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf. Acesso em: 27 mai. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) na Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres**. 1. ed. Brasília, DF: CFP, 2021. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-na-gest-ao-integral-de-riscos-emergencias-e-desastres/>. Acesso em: 13 fev. 2025

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. (2024). **Nota Técnica CFP Nº 22/2024 Atualização das orientações para a atuação de psicólogos e psicólogas nas fases de preparação, resposta e reconstrução em desastres**. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2024/09/SEI_1812191_Nota_Tecnica_22.pdf. Acesso em: 25 mai. 2025.

CROCIARI, G. M. Saúde Mental E As Mudanças Climáticas. **Epitaya E-books**, [S. l.], v. 1, n. 99, p. 87-90, 2025. DOI: 10.47879/ed.ep.2025790p87. Disponível em: <https://portal.epitaya.com.br/index.php/ebooks/article/view/1390>. Acesso em: 25 mai. 2025.

DA SILVA, B. G. de A.; DA SILVA, I. R.; BARUFI, L. F. O papel do psicólogo frente a situações de desastres. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, Brasil, v. 12, p. e4755, 2023. DOI: 10.17267/2317-3394rpsds.2023.e4755. Disponível em: <https://journals.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/4755>. Acesso em: 17 abr. 2025.

INTER-AGENCY STANDING COMMITTEE (IASC). **Diretrizes do IASC sobre saúde mental e apoio psicossocial em emergências humanitárias**. Tradução de



Márcio Gagliato. Genebra: IASC, 2007. 183 p. ISBN 978-87-92490-42-1.

NOAL, D. S., et al. Psicologias indígenas em desastres: construção de linhas de cuidado ao Bem-Viver de povos originários. **Estudos de Psicologia** (Campinas), 41, e230096, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202441e230096pt>. Acesso em 17 abr. 2025.

PEREIRA, V. T.; VIVIAN, A. G.; SOUZA, F. P. de; VASCONCELOS, V. D. Atuação da psicologia em desastre socioclimático: experiência em abrigo no RS. **Psi Unisc**, v. 8, n. 3, p. 304-323, 20 dez. 2024. <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v8i3.19938>. Acesso em: 17 abr. 2025.

SILVA, J. C. B. da; MENEZES, J. de A. Discursos (sobre) viver nos territórios em risco da região metropolitana do Recife. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, p. e190105, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003190105>. Acesso em: 17 abr. 2025.

SILVA, J. C. B. Da; MENEZES, J. De A. Sobre as pessoas que habitam os territórios em risco. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 20, n. 49, p. 504-517, dez. 2020 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 08 mai. 2025.

SULAIMAN, S. N. et al. A emergência climática hoje: como estamos e para onde vamos em cenários multiriscos e de aprofundamento das vulnerabilidades. **SABEH**, Bahia, v. 10, n. 12, p. 1-8, 1 out. 2024. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5281/ZENODO.13719357>. Acesso em: 25 mai. 2025.

RABELO, E. de P. “Por que elas voltam?": uma investigação sobre vivências e afetos de pessoas em situação de risco, emergências e desastres. 2022. 61 f. **Relatório de Iniciação Científica** (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5102/pic.n0.2021.8900>. Acesso em 10 abr. 2025.